

## **DEBATE**



**Prof. Doutor Ilídio do Amaral**

Muito obrigado, Senhor Prof. Doutor Manuel Patrício. Alongou o seu tempo, mas ouvimo-lo com cativante atenção, tal como ouvimos a comunicação anterior.

Passo a palavra aos comentadores, que distribuirão as suas tarefas como melhor entenderem, mas no sentido de acrescentarem outros motivos que animem a discussão que virá a ser feita.

**Dr. José Maria Azevedo**

*Comissão de Coordenação da Região Norte*

Nesta situação de comentador, não é fácil resistir à tentação de fazer uma terceira comunicação, dada a dificuldade de reagir de imediato ao que acaba de ser dito pelos dois oradores. Apesar de, nos últimos dias, ter feito algumas leituras adequadas ao tema, vou procurar desempenhar o papel de que fui incumbido, ou seja, o de sugerir uma mediação entre o que foi dito e as preocupações que julgo partilhar com outros participantes. Será um comentário cheio de interrogações.

Tentarei organizar esta intervenção em torno de quatro áreas.

A **primeira** é a questão da diversidade do meio rural. Nas duas comunicações que acabámos de ouvir, houve tanto a tentativa de caracterizar e definir o rural como a percepção de que o rural é muito diverso. Considero esta última ideia muito importante, seja para a compreensão das situações, seja como perspectiva orientadora das actuações. Apesar de haver uma tendência para, em termos sociais e culturais, sublinhar a existência de um contínuo entre rural e urbano,

alguns falam **até** de “fronteiras imprecisas”, importa realçar as diferenças. De facto, grande distância vai entre as áreas rurais do litoral, nomeadamente as que estão próximas das zonas mais urbanizadas, com situações de interpenetração entre as actividades agrícolas e as industriais, e as áreas rurais do interior, com actividades económicas deprimidas e onde, por exemplo, há zonas cuja população com menos de 10 anos de idade baixou 40% entre os dois últimos recenseamentos.

Existem muitas formas de caracterizar as diferenças ou as tipologias das áreas rurais, usando informação sobre a demografia, o povoamento ou as actividades económicas. Mas há sempre acordo em torno da distinção entre as áreas rurais do litoral próximas dos grandes centros urbanos e das actividades industriais e as áreas profundamente rurais do norte e do centro interiores e do Alentejo.

A redução da população nas camadas mais jovens tem expressão, por vezes drástica, nos ingressos no sistema escolar. E as estatísticas indicam que os ingressos no sistema escolar irão continuar a diminuir nos próximos anos, de modo mais acentuado nas áreas do interior. Estas tendências colocam desafios incontornáveis ao futuro da educação em meios rurais, de forma especial no que diz respeito ao ordenamento da rede escolar.

As situações são muito diferentes e a consideração dessa diferença é fundamental para orientar as perspectivas operacionais, nomeadamente em matéria educativa. Mas a realidade diferentes não têm correspondido medidas específicas de apoio às singularidades ou às especificidades de que nos falava o Prof. Manuel Patrício.

A **segunda** ideia situa-se em torno da relação da escola com o círculo depressivo de abandono. De facto, a imagem que frequentemente se associa à evolução dos espaços mais rurais é a de círculo vicioso: acessibilidades difíceis, explorações agrícolas pouco rendíveis,

debilidade da oferta de empregos ou de actividades de complemento dos rendimentos, emigração, degradação da paisagem e incêndios florestais, diminuição dos serviços locais, abandono. O “êxodo” diminuiu a diversidade social das aldeias, agora muitas vezes habitadas por uma população envelhecida, com dificuldade de responder aos problemas cada vez mais graves.

Como referiu o Professor Artur Cristóvão, a propósito de Trás-os-Montes, nas zonas de montanha e nas áreas menos férteis, a actividade agrícola não consegue gerar receitas suficientes para manter activos, em especial os mais jovens, que fogem ao desemprego escondido ou a um trabalho duro de recompensa incerta. Impõe-se a necessidade de diversificar as economias locais e regionais e de buscar fontes complementares de rendimento.

Assim, parece que os campos são cada vez mais valorizados na sua função de reserva ecológica e como local para segunda residência ou para diferentes formas de turismo. O Professor Manuel Patrício falou de uma passagem da “natureza natural à natureza turística”. O problema é o de saber se a valorização do campo numa “lógica” urbana será suficiente para sustentar o êxodo, quando não é acompanhada por actividades produtivas relacionadas com a agricultura.

Para responder a situações tão difíceis, requerem-se políticas adequadas e actuações integradas, que promovam tanto o fomento das actividades produtivas, da criação de empregos e de oportunidades de diversificação de rendimento como as infraestruturas e os equipamentos, a educação e a formação. Muitas dinâmicas de desenvolvimento em meios rurais já o comprovam, apesar das dificuldades vividas por muitas das associações que lhes dão corpo.

Neste contexto, coloca-se o problema de saber se a escola é um “agente de desenvolvimento”, se pode contribuir para alterar

tendências demográficas, económicas e sociais que se revelam tão pesadas.

Julgo que, por vezes, há um desequilíbrio entre a importância que profissionais e agentes da área escolar atribuem à escola no desenvolvimento das colectividades locais e a menor valorização da escola por parte dos agentes que elaboram os planos e os projectos de desenvolvimento das áreas rurais. Acho que a actuação da escola tem dependido muito da iniciativa dos professores para o desempenho de acções no seu “meio”. Por isso serão ainda mais preocupantes situações como a “dança anual das colocações” de professores nas áreas do interior, as mudanças durante o ano em escolas de mais difícil acesso e certas situações de absentismo docente. Quanto mais um meio teria a esperar dos professores, mais dificuldades tem estes em aí estarem e, muitas vezes, menos é a vontade de aí permanecerem.

Por outro lado, a leitura de alguns sociólogos e antropólogos põe-me numa posição de reserva perante certas formas de valorizar a escola nas zonas rurais, como meio ou “foco” de reforço das identidades locais. Não será a escola um dos meios mais poderosos de invasão do urbano, do diferente, um espaço de confronto entre a escrita, o cálculo, a abstracção, valorizados no quotidiano escolar, e a oralidade ou a experiência, referidas como características “locais”? Em que medida poderá a educação contribuir para o “regresso em força do mundo rural” de que nos falou o Professor Artur Cristóvão? Valeria a pena conversarmos sobre isto.

A **terceira** ideia tem a ver com o contributo da educação para o ordenamento do território. O Professor Manuel Patrício chamou-lhe mesmo “ordenamento educativo”. Reconhece-se que pode haver uma forte relação entre as opções de ordenamento do território e o planeamento da rede escolar dos níveis secundário e superior. Já a rede escolar do ensino básico relaciona-se de um modo mais

complexo com a hierarquização das povoações, apesar das ideias de concentração escolar tenderem a reforçar a posição das sedes de concelho e das segundas ou terceiras povoações de concelhos mais extensos ou mais povoados.

Nas últimas décadas, os centros urbanos do interior, nomeadamente as sedes de concelho, só têm conseguido atrair uma parte da população que abandona os campos. De facto, em termos gerais, o crescimento médio da população nas sedes de concelho ficou aquém das expectativas de quem olhava o crescimento das construções nesses centros urbanos. Mas esta evolução é vista de formas diferentes.

Para uns, o desenvolvimento de alguns espaços urbanos nas áreas em regressão demográfica é uma condição necessária de uma estratégia de retenção de população no interior. Para outros, o êxodo para as áreas metropolitanas ou a urbanização das zonas rurais não serão mais que duas facetas diferentes de uma única realidade que é o progressivo desaparecimento das sociedades rurais, pois o crescimento das pequenas cidades do interior será feito à custa do esvaziamento das áreas rurais envolventes. Para os primeiros, esses centros urbanos permitiriam a manutenção de uma vida rural circundante; para os segundos, seriam um primeiro passo no caminho para as áreas metropolitanas ou para o estrangeiro. E aqui voltamos ao problema das condições gerais de desenvolvimento.

O **quarto** e último ponto que quero referir é um aspecto do terceiro. Prende-se com o problema das pequenas escolas rurais, problema a que sou muito sensível e que as referências do Professor Manuel Patrício tornaram de tratamento obrigatório. De facto, estou de acordo com a perspectiva defendida de abordagem da rede escolar do 1º ciclo no âmbito da educação básica e não só do “ensino primário”. E, neste ponto, valeria a pena procurarmos as razões das dificuldades de implantação das “Escolas Básicas Integradas” de que se fala há tanto tempo.

A situação da rede escolar do “ensino primário” nas áreas rurais é um bom exemplo de dupla desvalorização social e política: desvalorização do primeiro ciclo, desvalorização das áreas rurais.

Entendo que, mais que elemento de construção e reforço da identidade local por via da sua acção pedagógico-cultural, a escola das pequenas povoações rurais é um instrumento de afirmação e um sinal de existência e de sobrevivência. Fechar a escola é agir negativamente ao nível simbólico, no modo como a colectividade olha o seu futuro. Importa perceber a importância da forma como se olha um determinado espaço, o seu passado, a sua história, as imagens favoráveis ou, pelo contrário, pouco atractivas ou mesmo repulsivas, o potencial que se lhe atribui ou se lhe nega.

Por vezes, discute-se o fim da utilização escolar de um edifício que foi construído pela população local ou que resulta de uma promessa que custou fazer cumprir. Mas há poucas, por vezes muito poucas crianças a viver nestes espaços e, regra geral, serão progressivamente menos nos anos mais próximos. Não é, pois, um problema que o tempo ajude a resolver, antes tenderá a agravar. Não adiantará muito esperar.

Mesmo nas áreas rurais, mudaram os espaços e as escalas de viver. Outras são as escalas a que é necessário pensar a rede escolar.

**Dr. Rui Jacinto**

*Comissão de Coordenação da Região Centro*

### **As áreas rurais, o seu desenvolvimento e o papel do ensino**

Quero agradecer, em primeiro lugar, o convite que me foi formulado para dar este meu pequeno contributo, para a discussão de um tema de



extrema importância e actualidade, abordando questões que ajudem a perspectivar e a sustentar estratégias inovadoras, visando alterar a situação de perda, real e psicológica, que se abateu sobre as áreas rurais portuguesas.

Não vou propriamente comentar intervenções anteriores, onde boa parte das questões sobre esta matéria já foram enunciadas, mas vincar e salientar certos aspectos que, a meu ver, é interessante reter e que se podem estruturar em torno de quatro tópicos fundamentais:

- Diversidade, especificidades e dimensões do rural em Portugal;
- Características das zonas rurais portuguesas: problemas, desafios e oportunidades;
- A procura de soluções para a crise do mundo rural: o desenvolvimento local em meio rural;
- As áreas rurais perante o ensino.

### ***Diversidade, especificidades e dimensões do rural***

Definir com precisão a dimensão do rural em Portugal, tanto em termos quantitativos como qualitativos, não é tarefa fácil. A dificuldade de se proceder com exactidão à delimitação territorial, a complexidade dos perfis produtivos, dos dinamismos económicos e dos comportamentos sociais que as diversas zonas rurais apresentam, impossibilita que se trace uma tipologia inequívoca destas áreas. Em função dos objectivos e das circunstâncias, estas áreas têm sido classificadas diferentemente, o que nos permite concluir que existe uma geometria variável para abordar as questões do mundo rural.

As nomenclaturas apresentadas com o intuito de as identificar e caracterizar, acabam por reflectir quase sempre interpretações dicotómicas (litoral/interior, norte/sul ou rural/urbano) que, embora

correspondam às grandes fracturas do território e da sociedade portuguesa, apagam a complexidade que as áreas rurais encerram e a riqueza dos processos que lhes andam subjacentes.

Os dinamismos territoriais verificados recentemente no nosso país foram mais positivos, como se sabe, em torno dos centros urbanos e dos eixos que os articulam. O desenvolvimento tem sido, pois, polarizado pelas cidades e estruturado ao longo de corredores que coincidem com a rede viária principal e complementar. Deste modo, o processo de desenvolvimento está estreitamente correlacionado com a acessibilidade física e sócio-económica. As zonas rurais economicamente integradas e mais dinâmicas, localizam-se quase sempre na proximidade daqueles centros, enquanto as zonas rurais intermédias e as mais deprimidas se situam nas periferias mais ou menos remotas.

Se a velha dicotomia rural/urbano se mostra caduca, as alternativas encontradas (p. ex.: concelhos urbanos, semi-urbanos e rurais ou zonas densamente povoadas, medianamente e pouco povoadas), talvez se revelem insuficientes para traduzirem a complexidade do problema. Se atendermos a esta classificação, 57 concelhos são considerados urbanos em Portugal, no ano de 1991 (18.7% do total), 108 são semi-urbanos (35.4%) e 140 rurais (45.9%). Contudo, em termos demográficos, como se esperaria, o panorama é inverso, já que se verifica a predominância do número de habitantes nos urbanos (55.6%), relativamente aos semi-urbanos (28.1%) e aos rurais (16.3%).

Apesar das tendências para a litoralização e urbanização que paulatinamente se foram instalando em Portugal, a taxa de urbanização continua a ser particularmente baixa no seio da União Europeia, o que atesta bem a importância e dimensão que a ruralidade assume no nosso país. Em Portugal, quando tratamos de zonas rurais, estamos a falar de áreas onde ainda 37% da população activa se ocupa na agricultura, 21% na indústria e 42% nos serviços, contra os

seguintes valores médios que se verificam a nível nacional: 10%, 39% e 51%, respectivamente.

Apesar de tudo, dois aspectos nos parecem seguros: as áreas rurais portuguesas apresentam uma grande diversidade, que decorre dos contextos geográficos, da base económica e da organização social, intrínsecas a cada espaço regional; por outro lado, tem uma grande expressão territorial, embora a população que aí reside seja consideravelmente mais diminuta e se encontre em recessão.

### ***As zonas rurais portuguesas: problemas, desafios, oportunidades***

O mundo rural está a ser varrido por uma rápida e profunda mutação, tornando-se cada vez mais difícil analisá-lo numa perspectiva que o confronte com o urbano. Aquelas mudanças, que atingem as áreas rurais na sua globalidade, estão a abalar os alicerces em que se estruturam estas comunidades, não sendo possível vislumbrar todas as suas repercussões.

A crescente marginalidade e exclusão em que as áreas rurais foram mergulhando, é uma outra dimensão duma realidade cada vez mais comum, responsável pelo sentimento de crise que as percorre. Isto não significa que, apesar das dificuldades que as áreas rurais conhecem, não encetem estratégias de resistência que, na maior parte das vezes, se resumem a manifestações mais ou menos simbólicas. Uma destas manifestações pode ser testemunhada pelas inscrições que aparecem nas estradas, indicando aldeias concretas, por oposição aos sinais que indicam uma localidade incerta, perdida algures num espaço irreal, a que foi atribuída o nome de *trânsito local*. O apego à terra e a valores próprios, consubstanciam uma identidade e a necessidade da afirmação de quem pretende continuar vivo, lutando, desta forma, contra o apagamento do mapa.

O rural emergente é fruto de crises recentes, que se revestem de múltiplas e variadas formas, mas também de fragilidades antigas que, em conjunto, proporcionaram a situação que hoje aí se vive. As mais flagrantes, ou as mais mediatizadas, são as relacionadas com o rendimento, a produção e o seu escoamento (fruta, leite, etc.), as que decorrem das condições naturais, por vezes adversas (geada, seca, etc.) em que a actividade agrícola é praticada, ou as que derivam da apropriação de certos recursos (caça, recursos hídricos, ambiente, etc.), avivando conflitos ancestrais ou gerando novos focos de tensão. Noutros casos, a delimitação de espaços destinados à florestação ou a parques e reservas naturais, quantas vezes para gáudio de urbanos, concebidos segundo lógicas que os rurais não entendem, mas cuja gestão impõe, em muitas situações, limitações ao uso do solo e a práticas tradicionais, também tem estado na origem de alguma agitação.

As estruturas agrárias e a formação dos recursos humanos continuam a ser debilidades estruturais do nosso mundo rural, factos que concorrem para acentuar as precaridades destas áreas, particularmente em termos de emprego. Estes são, aliás, os factores que estão na base do êxodo rural que persiste desde os anos 50, responsável pelo despovoamento demográfico que é flagrante em muitas regiões.

Os processos de mudança estão, também, a alterar os antigos valores e quadros de referência, a recompor a rede de relações e a dar lugar a novas sociabilidades, de que temos muitos exemplos. Tomemos apenas os idosos e os migrantes: verificamos que os primeiros já são vistos, tratados e amparados numa forma substancialmente diferente, enquanto a empatia dos migrantes com as áreas rurais donde partiram, começa a ganhar em certas situações contornos diversos. A relação que os ausentes estabelecem com as aldeias de origem está a mudar, passando a assentar em bases diferentes, existindo casos em que a sua

presença é exercida através de um poder mais ou menos invisível, podendo gerar certas limitações a algumas dinâmicas locais.

Contudo, a discussão em torno do rural não deve perder de vista outra questão central que reside na dificuldade em conceber os espaços rurais sem agricultura: “as actividades agrárias, sejam elas da agricultura, da silvicultura, ou da pecuária, assim como a montante e jusante do processo produtivo, portanto no âmbito da fileira agro-industrial, não se excluem das influências do modelo, nem se eximem a riscos de degradação, tanto técnica ou tecnológica como social”. É certo que “a actividade agrária não perderá, por efeito das transformações em marcha ou em vista, o seu carácter decisivo. Perde, já perdeu e continuará a perder quaisquer pretensões de exclusividade, mas o seu contributo não poderá ser secundarizado, antes se recomenda a conjugação de actividades endógenas e exógenas à agricultura.”

As zonas rurais portuguesas estão, como vimos, confrontadas com um amplo e complexo conjunto de problemas, cujas raízes podemos pesquisar no passado mais recente ou mais remoto. A integração europeia, as mutações e inversões rápidas da respectiva Política Agrícola Comum, coincidindo com a tendência de mundialização dos processos produtivos e de comercialização, originaram fragilidades latentes e aceleraram tensões.

Mas as zonas rurais portuguesas encerram, em certos domínios, potencialidades que lhes conferem competitividade, podendo, noutros casos, conhecer oportunidades pelo facto de, no contexto europeu, serem diferentes. Esta diferença, sendo um património colectivo, indissociável da nossa história e identidade, deve ser afirmada como um valor que nos distingue e que, devidamente promovido, represente uma potencialidade a ter em conta na elaboração das estratégias de desenvolvimento rural.

Em Portugal, apesar de tudo, ainda há agricultura com agricultores que ainda fabricam produtos que são difíceis de normalizar. Ora, estes produtos, podem ir ao encontro de padrões de consumo emergentes, responder a preocupações que começam a despontar em estratos sociais, porventura mais “esclarecidos” e exigentes. Embora correspondam a certos nichos específicos, estes mercados podem ser um trunfo para o relançamento de certas actividades em determinadas zonas. Este caminho, porventura estreito, pode ser um contributo para desencravar economicamente algumas daquelas áreas.

Estamos, pois, perante um desafio de grande amplitude: resolver problemas tão diversos e superar clivagens tão profundas, passa por atitudes ofensivas e solidárias para com os espaços rurais, por actuações voluntaristas e persistentes que minimizem as situações de não retorno que, em muitos casos, se parecem desenhar. Por tudo isto, podemos ter como certo que no fim deste decénio e início do próximo século, o mundo e as paisagens rurais portuguesas serão substancialmente diferentes das actuais, tanto em termos físicos como humanos.

***Desenvolvimento local em meio rural: diversidade de contextos, pluralidade de intervenções***

A desvalorização da agricultura fez ruir o modelo e certas estruturas em que assentava o mundo rural, com consequências económicas, sociais e culturais, bem como efeitos territoriais que marginalizaram o rural face à polarização do (sub)urbano. O novo quadro, onde é possível detectar alguns sinais perversos, faz com que se torne necessário regular certos efeitos negativos que estão na origem da perda de competitividade e de alguns recursos locais, particularmente dos humanos.

Para que os espaços rurais não fiquem reservados exclusivamente ao lazer e os seus residentes reduzidos a meros guardiães do território ou

a espectadores subsidiados, há que intervir ao nível da base produtiva, dinamizando tanto a actividade agrícola como outras que, sendo credíveis, a devem complementar. Isto é, importa disponibilizar alternativas compatíveis com as perdas que se foram gerando. O turismo, embora possa desempenhar um papel significativo, não pode ser sempre apontado como a actividade redentora, já que dificilmente poderá ser a única alternativa para a resolução de todos os males, bem como do problema chave das áreas rurais: o emprego.

Estes aspectos, associados à diversidade de contextos rurais das regiões portuguesas, proporcionaram outros tantos processos de mudança, com graus de complexidade que variam em função de especificidades concretas. Por este motivo, as estratégias de desenvolvimento e os instrumentos de intervenção, que dificilmente se podem generalizar ou aplicar numa forma extensiva, devem ser devidamente modelados e adaptados a cada realidade.

A procura de políticas mais aderentes, que respondam com eficácia aos problemas reais, deve ter sempre presente, além da dimensão territorial, um outro aspecto básico: a participação dos protagonistas (actores locais e agentes económicos) e a sua necessária mobilização.

Como se sabe, além das fragilidades que decorrem da base produtiva, a escassa organização da sociedade civil é outra debilidade que afecta os meios rurais, onde é flagrante o défice de estruturas organizativas formais, vitais para assegurar a respectiva representação e intermediação. Esta situação tem-se agudizado, tanto mais que existe uma perda crescente de algumas das referências que desempenhavam tradicionalmente aquele papel naqueles meios (p. ex.: o presidente da junta, o professor e o padre). Hoje é cada vez mais difícil encontrar interlocutores integrados e enraizados nas comunidades, já que só o presidente da junta de freguesia resiste, quando resiste, a permanecer entre os habitantes das aldeias.

A profusão de associações de desenvolvimento local, fenómeno relativamente novo, é a forma encontrada para solucionar, porventura tecnocraticamente, o referido défice. Resta saber em que medida esta forma de organização e participação corresponde a uma emanção genuína da sociedade e das comunidades locais, importando descodificar que interesses representam e que motivações prosseguem.

Reflexões promovidas por várias entidades nacionais e internacionais, com preocupações nesta matéria, têm posto em evidência que os instrumentos utilizados com o objectivo de inverter dinâmicas negativas, têm-se revelado insuficientes, não respondendo cabalmente aos problemas com que se confrontam as áreas rurais. A procura dum novo modelo de desenvolvimento para as áreas rurais, que ataque os seus problemas básicos, particularmente a criação de emprego, é a grande motivação que deve presidir à concepção de instrumentos e de políticas. Não é por acaso que a OCDE, ainda recentemente, definia como iniciativas importantes, além das ajudas directas às empresas, outro conjunto de ajudas indirectas orientadas para o reforço do ambiente económico geral das zonas rurais. Uma política correcta de infraestruturas, bem como a valorização dos recursos humanos, podem desempenhar igualmente um papel fundamental.

Nesta linha de raciocínio, as iniciativas que venham a surgir, devem percorrer novos caminhos e lançar experiências inovadoras a todos os níveis, designadamente do ensino (escolas isoladas, crianças em risco de exclusão do ensino, etc.), dada a importância e o papel mobilizador que pode desempenhar nas áreas rurais.

Se explorarmos todas as potencialidades dos instrumentos que se vão esboçando, é possível superar alguns dos problemas enunciados, alicerçar novas dinâmicas e encontrar alternativas para o desenvolvimento do mundo rural.



### *As áreas rurais perante o ensino*

A finalizar, algumas breves considerações sobre a relação entre o ensino e a promoção do desenvolvimento local em meio rural. Podemos partir de duas premissas: em primeiro lugar, os níveis de qualificação e de formação nas áreas rurais são baixos, tanto em termos gerais como, sobretudo, dos produtores agrícolas; as áreas rurais são, por outro lado e cada vez mais, espaços de exclusão que o sistema de ensino vigente, se não ajuda a acentuar, pelo menos em nada contribui para inverter.

É hoje um dado adquirido e exaustivamente referido por todos os discursos, que a importância do ensino e da formação é decisiva no processo de desenvolvimento e que pode e deve jogar um papel determinante e activo na animação e mobilização das comunidades locais, particularmente das rurais.

Nestas, a visibilidade da escola e dos agentes de ensino adquire ainda maior significado. Por outro lado, é bastante complicado ensinar em contextos sócio-económicos de tão baixa densidade demográfica, onde existem muitos casos em que as escolas fecham, ou adiam este desfecho através do funcionamento com muito poucos alunos.

O exercício da actividade nestas condições, com limiares mínimos de alunos, será pouco estimulante tanto para os docentes, como para o estabelecimento de interações e de relações de sociabilidade entre os alunos. O sistema de ensino não tem tido um bom relacionamento com o meio rural, onde a escola e o professor perderam a importância de referência fundamental. O sistema actual que potencia a deslocalização dos professores, dificultando o seu *enraizamento* na comunidade, acaba por ser um obstáculo a um trabalho mais frutuoso e continuado.

O quadro actual não é particularmente favorável tanto para as comunidades rurais como para quem aí ensina. Assim, não será por acaso que se costuma dizer que, quando se encerra uma escola, é uma aldeia que está a fechar.

**Prof. Doutor Fernando Regateiro**

*Presidente da CONFAP*

Desejo, em primeiro lugar, felicitar o CNE pela iniciativa de promover este seminário dedicado à “Educação e meios rurais”. Seguramente que um desenvolvimento sócio-económico sério e sustentado da sociedade portuguesa só poderá ocorrer se for alicerçado na educação e na cultura. E a ruralidade é uma componente forte da nossa realidade sócio-cultural e um constituinte importante da matriz de referenciais subjacentes ao comportamento de muitos de nós. Por isso, numa educação que se apresenta cada vez mais rica no sentido da aquisição de competências, a vertente relativa à aquisição de valores tem igualmente de ser realçada e integrar os aspectos relacionados com a ruralidade e as suas milenares tradições e cultura herdadas como legado que se acrescenta em cada geração, para servir melhor o desenvolvimento e o bem-estar do cidadão do futuro.

No contexto dos cuidados a ter com a educação na sua relação com o meio rural, a comunicação do Professor Manuel Ferreira Patrício foi, para mim, particularmente estimulante e profícua, consequência habitual nos que têm o privilégio de o ouvir. Por isso, no meu espírito foram crescendo inquietações e germinando uma ou outra forma possível de as atalhar.

Em relação à ruralidade, uma das inquietações prende-se com a dificuldade presente quando se procura correlacionar informação e mudança de atitudes e/ou comportamentos. Na realidade, é essencial

alterarmos as nossas atitudes e o nosso comportamento face ao mundo rural, no sentido da sua valorização, sem o violentar a partir de modelos urbanos. Aqui residirá talvez uma das maiores dificuldades já que, para uma mudança de atitudes e de comportamentos, não basta a informação, por mais extensa que esta seja. Veja-se, como exemplo, o comportamento dos médicos em relação ao tabaco: não há grupo profissional melhor informado sobre os malefícios do fumo do tabaco e, no entanto, ainda é uma das classes profissionais que mais fuma.

A informação e a formação necessárias para modificar o comportamento em relação à ruralidade devem começar na escola, numa escola que a valorize. Para isso, os agentes de educação que servem essa escola terão, eles próprios, que valorizar a ruralidade, para que os alunos saiam a valorizá-la e tenham consciência da sua riqueza. Aqui entronca uma dificuldade relacionada com a necessidade de formação específica dos professores. Estes são formados num meio urbano, frequentemente baseado em aspectos mais positivistas e tecnocráticos do que em valores dirigidos para a manutenção dos aspectos culturais loco-regionais, tornando assim difícil modificar atitudes e comportamentos que valorizem a realidade rural.

Deste modo, como atalhar este aparente círculo vicioso? Talvez através das famílias e do envolvimento mais intenso dos encarregados de educação na constituição de verdadeiras comunidades educativas se possa transportar para a escola uma mensagem mais forte e mais adequada à necessidade de valorizar a ruralidade como fonte de diversidade cultural, logo de riqueza que a sociedade não pode menosprezar.

Ainda no âmbito da participação da família na escola, e com o mesmo objectivo, o envolvimento de cidadãos da terceira idade na escola, um grupo etário actualmente muito esquecido e desvalorizado, poderá constituir um excelente meio de transmitir aos jovens o saber, a memória e a cultura do mundo rural. Adicionalmente, e de uma forma

talvez não menos importante, a presença da terceira idade na comunidade escolar permitiria o convívio intergeracional próprio de uma família alargada, uma realidade cada vez mais rara, possibilitando aos jovens o contacto estreito com a gentileza, a serenidade e a sábia experiência da terceira idade.

Todos sentimos que quase tudo está por fazer em relação à valorização do mundo rural e à necessidade de inverter a tendência para a sua desertificação. Nesta perspectiva, uma maior valorização do papel das famílias na escola, nos termos que acabamos de descrever, a par de uma ligação mais forte dos docentes ao meio em que a escola se insere, poderão vir a dar um contributo significativo para a valorização da ruralidade.

### **Camilo de Mortágua**

*Associação Terras Dentro*

Em primeiro lugar, quero manifestar o nosso agrado pelo facto de podermos participar nesta reflexão aqui em Évora, pois sendo mais longe tornaria a nossa presença difícil.

Em segundo lugar, congratulo-me pela presença de tantos quadros que têm, com certeza, muita qualidade para fazer esta reflexão conjunta, a qual me parece ser, mais uma vez, de urbanos sobre os rurais. Devíamos programar, para breve, um encontro de rurais para pensarmos sobre o que é o urbano e o que são as cidades. É que acontece continuamente ser só de um lado que se faz a reflexão.

O conceito de rural tem vindo a ser discutido e analisado e muitas instituições e investigadores pretendem fixar uma definição. Não é fácil, pois estas questões do rural, do peri-urbano, do peri-rural, do semi-rural, do periférico, enfim, todas estas noções, cada vez que

relacionadas à escala da Europa, África, Mediterrâneo, etc., confrontam-se com componentes muito diferentes, e a hipótese de uma definição universal consensual não aparece.

A OCDE trabalha há algum tempo sobre o modelo de classificação do que é rural. Este trabalho, tanto quanto sei, não está terminado, mas um dos critérios básicos para esta classificação é a densidade demográfica. Este critério, cruzado com outros, tem dado resultados satisfatórios no que diz respeito à Europa, sobretudo no que diz respeito ao hemisfério Norte, e neste momento existem tentativas para encontrar outros critérios, para se conseguir uma definição que satisfaça quer o Norte, quer o Sul.

Nós próprios também temos discutido esse problema e hoje há uma certa definição generalizada, considerando, assim, rural todos os espaços ou territórios em que as actividades produtivas mais estruturantes numa base económica, estão, directa ou subsidiariamente, dependentes do solo ou dos recursos naturais. Parece-me ser esta definição abrangente e suficientemente clara.

Porém quero chamar a atenção para alguns pontos.

Quem anda no terreno a tentar fazer mudanças e a apresentar soluções através de acções concretas, procurando criar aqui e ali mais empregos, tentando convencer pessoas indiferenciadas a transformarem-se em pequenos empresários e a assumirem novas actividades, inserindo as mulheres no mundo do trabalho, rompendo mentalidades, fica satisfeito e ao mesmo tempo triste, pois vê professores e intelectuais a pensar e a reflectir sobre o desenvolvimento rural e uns e outros não sabem que existimos. Fala-se tanto em sinergias, mas esse campo de sinergia possível entre uns e outros não acontece neste caso.

É esta uma questão extremamente importante, mesmo no âmbito da educação, ou seja, não conheço até hoje experiências em que os homens do terreno, os agentes de desenvolvimento, associações, etc., tenham entrada nas escolas, sejam elas quais forem, para, apoiando ou sensibilizando os professores, poderem criar uma ligação muito maior entre a comunidade e os alunos.

Falou-se aqui da antiga relação entre o profano e o sagrado. Penso que estamos a passar da relação entre o profano e o sagrado para uma outra relação, que eu diria ser entre o real e o virtual, ou seja, antigamente a festa de aldeia passava-se na igreja - as luzes, as cenas, o vestuário, o fato domingueiro - ou na sociedade recreativa, onde se fazia teatro, ou onde a banda fazia música. Tudo brilhava e o imaginário estava ali. Era a festa. Diria que era o simbólico tradicional transformado em sagrado. Hoje, esse sagrado deixou de ser praticado, ele chega através da caixinha da televisão. É o virtual.

Esta referida passagem de um a outro tipo de relação tem, em meu entender, muito mais implicações e consequências negativas do que aparentemente possamos supor. No primeiro “há actores vivos, participantes, no outro há seres passivos, pouco ou nada actantes”.

Há cerca de dois ou três meses visitei em algumas aldeias de Itália as experiências de escolas que integram a terceira idade nos seus programas e fiquei positivamente impressionado. Agora, cada vez que vejo os nossos velhos sentados nos bancos à porta dos ditos “lares” da terceira idade, sem nenhuma ocupação, e os comparo com os exemplos de participação activa que observei, em que cada idoso tem a seu cargo quatro ou cinco crianças, num programa paralelo ao das escolas, em que se incute nos novos o orgulho de ser dali, parece-me que ainda muito caminho temos a percorrer neste nosso Alentejo Rural que está a expulsar e a “matar” os seus velhos por inanição.

Noutro âmbito, mas com o mesmo propósito, quero aqui dizer que estamos muito interessados em levar estes momentos de reflexão sobre educação e desenvolvimento local às próprias escolas. Somos parceiros interessados em organizar uma série de momentos de reflexão com a Direcção Regional, ou com qualquer outro parceiro que nisso esteja interessado, mas achamos que esta reflexão deve ser levada às próprias escolas; porque embora reconheça a experiência de Cuba (E.B.I.-Cuba) que, considero excepcional, ela é escassa.

É necessário que estas experiências de que Cuba é exemplo se estendam a todas as escolas, porque só assim se poderá falar em “relação” entre escola e comunidade e, possivelmente quando esta experiência for universal, em comunidade educativa, numa perspectiva que nos é cara: a de educação para o desenvolvimento rural/local.

**Dr. Alberto Melo**

*Universidade do Algarve e Associação “In Loco”*

Gostaria de levantar alguns pontos inspirados pelas excelentes contribuições da primeira parte da manhã, até um pouco à laia de introdução ao que tentarei dizer na parte da tarde.

Gostava de rever como, no aspecto histórico, o nosso País tem sido uma sucessão de falsas partidas no que diz respeito a um desenvolvimento sustentado, a um desenvolvimento baseado nos nossos recursos e nas nossas capacidades endógenas.

O nosso País estaria, no séc.XIV, na vanguarda do então mundo ocidental e essa partida, possível na altura, foi substituída pelo início das grandes viagens marítimas e, seguidamente, pelo comércio que se baseou nas especiarias, de onde adveio uma determinada riqueza para

a nossa sociedade. Foi esse o princípio de várias fugas para a frente que nós, como povo, historicamente temos vindo a realizar.

A crise das Índias colocou o País perante si mesmo, mas foi-lhe um facto de pouca dura, pois muito em breve - séc. XVIII - começa a aparecer o ouro do Brasil e, uma vez mais, o País se esquece de si mesmo e se lança novamente numa fuga para diante, em relação ao exterior e baseada em recursos do exterior que, no parecer de muitos historiadores da época, fazem acumular o ouro em Portugal ao mesmo tempo que a miséria e a fome.

Com a independência do Brasil, colocava-se de novo a questão do país se reencontrar e ter um projecto de desenvolvimento próprio, mas a opção feita então foi a de tentar criar novos Brasis em África, ocorrendo um investimento em pessoas e material para esse continente, tentando de novo uma nova fuga para a frente, que só veio a terminar há poucos anos com a independência dos países africanos.

Há 20 anos atrás estávamos de novo numa posição de partida, em que poderíamos, finalmente, olhar para nós e sabermos o que éramos como País neste canto da Europa, inventariando os nossos recursos e capacidades e lançando um processo de desenvolvimento a sério e de interioridade.

Creio que estamos desde então a marcar passo, de novo numa falsa partida, actualmente disfarçada com dinheiros que nos chegam do exterior, quer através dos fundos estruturais da CEE, quer através de investimentos estrangeiros chegados com bastante abundância, quer através do turismo. É outra fuga para a frente, tentando de novo não olhar para dentro do país. Certamente que a nossa classe política, qualquer que seja a sua cor, continua a desconhecer profundamente o País. Nesse sentido, há uma grande incultura a vários níveis da decisão, para o que basta analisar determinadas legislações - como,



por exemplo, as que regem a produção agro-alimentar - que não têm em conta o País real.

De novo estamos colocados perante a necessidade de um projecto de sociedade, que nunca fomos capazes de articular, olhando para nós e inventariando as nossas capacidades e riquezas. De certo modo, esta abordagem de endogeneidade tem sido até hoje reservada às populações rurais. Essas, por necessidade, têm que olhar para o que têm e tentar sobreviver com o que possuem. Creio ser essa a base de uma certa cultura que se foi criando na ruralidade mais remota, cultura de sobrevivência e de resistência que, contra tudo e contra todos, tem perdurado e que hoje me parece ser, culturalmente até, uma base fundamental para um novo arranque de um projecto de sociedade em Portugal.

No nosso caso, na Serra do Caldeirão, há 10 anos que trabalhamos num projecto local de desenvolvimento. Quando analisamos esta situação, não nos parece que estamos a bater-nos só por um território de pouco mais de 3.000 km<sup>2</sup>. Estamos a tentar bater-nos por uma ideia de desenvolvimento - como é que o desenvolvimento deve brotar de baixo para cima, a partir de um trabalho profundo e localizado, a partir da inventariação de capacidades, aspirações e necessidades a nível local. Processo este que, quanto a nós, teria que ser multiplicado pelo País fora.

Felizmente, estão a arrancar muitas experiências neste domínio pelas associações de desenvolvimento local e por alguns municípios mais esclarecidos. Creio que a redefinição do nosso país passa exactamente por esse tipo de experiências localizadas, por redescobrirmos Portugal.

É muito grato, como dizia Camilo Mortágua, encontrar aqui reunidos muitos professores da universidade, que normalmente estão muito alheios a este tipo de abordagem. Pessoas com quem trabalhei na universidade eram capazes de citar o último autor estrangeiro da sua

disciplina, mas incapazes de saber o que se passava a 5km de distância da sua localidade. Tem havido um desprezo, ou alheamento, da nossa “inteligência” e da nossa classe política relativamente a este País.

Presentemente, vejo duas saídas: ou vamos continuar no artificialismo, numa imitação de modas e de modelos que nos chegam pela televisão ou por muitos outros veículos, ou vamos mesmo tentar montar entre todos um projecto de sociedade que já faz muita falta ao País.

Um desses processos de imitação tem sido a ideia de que o PIB é o indicador do desenvolvimento, interessando-nos um acréscimo permanente desse valor para podermos apresentar aos nossos parceiros, quando exactamente este é o indicador quantitativo que sistematicamente penaliza o mundo rural. Sabemos que qualquer habitante do mundo rural que emigre para a cidade está automaticamente a aumentar o PIB, pois abandona uma economia em parte de subsistência, para uma economia plenamente consumista; quando antes tinha uma casa própria, passa agora a pagar uma renda; tinha alguns animais e uma horta que lhe forneciam a alimentação e passa depois a ir aos hipermercados e a pagar transportes... Com esta realidade multiplicada pelas centenas de milhares que representam o êxodo rural nos últimos anos em Portugal, é natural que o PIB tenha crescido muito. Se ele aumenta, os nossos responsáveis políticos não se preocupam com mais nada - é sinal positivo, estamos mais bem cotados na bolsa mundial de valores e podemos, assim, continuar a atrair mais investimentos, mais créditos, etc.

Há, pois, uma questão de modelo que temos que pensar. Temos que ter uma visão de política a longo prazo, o que parece ser algo perdido nos tempos de hoje.

Outra questão relevante, a meu ver, é essa incultura da nossa classe política, que leva a terem vergonha - ou desconhecimento total - de apresentar o País na sua verdadeira realidade. Em relação à

agricultura, tentamos comportar-nos lá fora como possuindo possivelmente uma actividade muito semelhante à dos outros, quando realmente temos uma agricultura muito diferente, com uma média de exploração de 4ha ou menos e maioritariamente familiar. Estamos então a alinhar com toda uma série de medidas feitas por e para países de agricultura profissionalizada, de agricultura industrializada e petroquímica e não vemos efectivamente a realidade e, até, a força que nos pode dar uma política agrícola baseada nessa exploração familiar, que hoje em dia corresponde a cerca de dois terços do valor acrescentado bruto na agricultura. Tal realidade pode dar-nos um diferencial muito importante, através de produtos de pequena dimensão, mas de grande qualidade, apresentados no estrangeiro como tal, através de uma grande campanha de renascimento do mundo rural.

Obrigado.

### **Prof. Doutor Ilídio do Amaral**

Após estas intervenções, proponho que passemos ao debate, não sem antes me permitir sublinhar alguns pontos importantes relacionados com o programa deste seminário:

- A diversidade de situações no mundo rural, ponto fundamental posto praticamente pelos três intervenientes;
- A importância de se criar uma nova atitude, modificando a existente;
- A importância dos *mass media* e o papel que lhes cabe desempenhar;

- A participação mais ampla de outros agentes formadores na escola, sobretudo os de terceira idade, com o que estamos plenamente de acordo;
- O facto dos agentes de desenvolvimento estarem afastados da escola o que, no mundo rural, tem graves prejuízos;
- A criação de uma cultura de desenvolvimento, ponto fundamental abordado pelo Sr. Dr. Alberto Melo, que muito bem disse que Portugal, ao longo da sua história, teve partidas falsas no sentido em que se aproximou deste problema mas, pelos mais variados motivos, tornou a afastar-se. Urge retomar o tempo perdido.

Deixo às pessoas da mesa a liberdade para começarem a responder às questões postas e aos pontos sublinhados.

### **Prof. Doutor Manuel Patrício**

É obviamente impossível reagir a todas as questões colocadas pelos três intervenientes neste debate. Vou escolher aquelas que poderão ter tido mais impacto em mim e a respeito das quais possa acrescentar algo.

Por exemplo, relativamente à questão do Prof. Doutor Fernando Regateiro, a participação da terceira idade na escola. Estou neste momento a viver uma experiência pessoal importante, que é a situação da minha mãe, que tem 74 anos, fracturou o fémur há uns meses, esteve no hospital e agora está num lar. Assim, tem-me sido possível conhecer um lar de terceira idade por dentro e o que observo confirma o que se disse aqui. Não estão em causa as óptimas intenções das pessoas; vejo milagres no sentido de apoiar as pessoas idosas; mas o

que a pessoa idosa vive é o processo da sua morte irreversível, apesar de bem alimentada, bem dormida, bem sentada em frente à televisão, num processo de “engordecimento” sob vários aspectos. É desumano e, no fundo, sepulta as pessoas enquanto ainda estão vivas. Nietzsche afirmava que a pior coisa que pode haver é ter o corpo vivo e a alma já morta. Julgo que é efectivamente importante pensar nessas pessoas dentro da comunidade, que precisa também delas. Há que encontrar soluções melhores, que passem pela utilização dessas pessoas - no sentido correcto do termo.

Todavia, creio que se trata de um problema um pouco mais amplo. É que a totalidade da comunidade do mundo rural pode ser vasta. Fui professor do ensino secundário em várias comunidades desta zona - Évora, Estremoz, Redondo e Elvas. Em Redondo, a comunidade mais pequena e a mais marcadamente rural, sentimos a certa altura do nosso trabalho na escola a necessidade da colaboração da comunidade. Realizámos algumas actividades de ligação da escola com a comunidade, tentando, por exemplo, revigorar a tradição da loiça, com uma roda de oleiro na escola e chamando oleiros a trabalharem com as crianças.

É necessário que concebamos a escola enraizando-a na cultura da comunidade a que pertence e conseguindo levar a comunidade a participar no seu funcionamento. É este o meu entendimento cultural da escola. É neste aspecto que incluo a terceira idade. Isto é, não vou inventar um sucedâneo para o lar, vou é olhar para a comunidade na sua totalidade, ver os recursos que oferece e entender que um deles são as pessoas da terceira idade, mas não só. A comunidade tem muitos elementos ricos do ponto de vista cultural, social e económico, que podem ser úteis à escola.

Assim, colocaria o problema do Doutor Fernando Regateiro neste contexto mais amplo, que é o da relação da escola com a comunidade, que é o de a certa altura quase se desenhar uma escola comunitária,

com a sua identidade e responsabilidades, não diluindo obviamente o seu papel de escola. Vamos enriquecer a escola com esses elementos da comunidade e vamos enriquecer a comunidade com esses elementos da escola, numa relação dialéctica extremamente fecunda.

Achei interessante a referência que o Sr. Camilo Mortágua fez à questão da nova relação que pode estar a nascer, e existir já, sobretudo na nova geração, entre o real e o virtual e os perigos tremendos em termos de desumanização do próprio homem e de manipulação incrível através da chamada realidade virtual, comparando isso com o que era um paradigma completamente diferente, fora de quaisquer preocupações confessionais - a preocupação que manifestei sobre a vida das populações, que na sua concretude é algo de diferente, e há camadas diferentes de experiências religiosas que, de facto, estão interiorizadas pelas pessoas e pelas populações. Mas o que pode estar a acontecer através dessa chegada insidiosa do super-mundo urbano ao mundo rural é qualquer coisa de que devemos estar cientes. Talvez a nova geração, a do tal conflito geracional, esteja já a ser gravemente manipulada por esses instrumentos e tecnologias, criando uma nova relação com a realidade, que é no fundo uma relação de alienação como nunca nenhum filósofo foi capaz de pensar. Julgo que não temos nada a ganhar com esta substituição.

Julgo também que a escola deve ter sempre uma função crítica e o mundo da educação, em geral, tem que analisar este problema e chamar a atenção para ele, lutando por relações mais positivas e por um paradigma modernizado e actualizado, mas que mantenha o essencial do que deve ser uma verdadeira vida humana vivida pelos homens.

Quanto ao Dr. Alberto de Melo, reagirei apenas à primeira ideia que transmitiu. Concordo inteiramente com o que disse a respeito do PIB. É uma análise muito inteligente e sobre a qual vale a pena pensar - ver como é possível, por simples deslocação de populações, alterar

completamente certos indicadores económicos e dar uma determinada imagem, porventura também já ela virtual, da própria realidade. É como dizer que temos presentemente muito menos pessoas a trabalhar na agricultura ou na indústria; conseqüentemente, a percentagem dos serviços aumentou e tudo somado dá sempre 100%.

Vale a pena contar a história que contou do nosso País. Também o tenho feito algumas vezes, a partir das diversas ilusões que temos vivido, particularmente desde o final do séc.XV, princípio do séc.XVI, de encontrarmos sempre qualquer expediente que nos leva a fugir de nós próprios e do problema com que estamos verdadeiramente confrontados. O nosso D. João III era o rei da pimenta, nós somos porventura os reis dos ECU's. São heterónimos diferentes inventados ao longo dos séculos para fugirmos a nós próprios e às nossas próprias realidades.

O equilíbrio entre os factores endógenos e os exógenos é certamente difícil de realizar na prática, mas eu estou também convencido de que não é através do recurso aos factores exógenos de desenvolvimento que conseguimos equacionar correctamente o problema do nosso País, que passa, neste momento, pelo equacionamento da questão da ruralidade, que representa a quase totalidade do nosso território.

Se fizéssemos um filme em câmara apressada sobre a deslocação das populações em Portugal nos últimos 100 anos, éramos capazes de encontrar qualquer coisa que nos daria motivo para rir, ainda que com riso doloroso, porque assistiríamos ao esvaziamento do País, até numa zona altamente crítica como é a zona da fronteira.

Esta história deve, pois, ser pensada, uma vez que é recorrente. Foi o ouro do Brasil, foi o brasileiro e foi o imigrante/emigrante desde os anos 60. A certa altura são os subsídios e a subsídio-dependência em que cada vez mais temos consciência de estarmos a viver. Penso que todos estes factores podem ser aproveitados de maneira positiva,

levando-nos a consciencializarmo-nos de que o correcto equacionamento dos problemas do País não passa por aí. Acredito que a experiência que têm estado a realizar é exemplar a esse respeito. Admiro a vossa coragem e tenacidade.

### **Prof. Doutor Artur Cristóvão**

Apreciei bastante as intervenções feitas. Existem enormes potencialidades na sala que devem ser utilizadas, pelo que as devemos escutar e, sendo assim, não tenho nada a acrescentar.

### **Dr. Rui Jacinto**

Intervenho para reforçar algo que já foi aqui dito e que se prende um pouco com a necessidade de configuração deste modelo de desenvolvimento rural. Penso que nesta configuração há uma série de dimensões que é importante prosseguir.

Uma prende-se com o território e decorre da diversidade de contextos, que vai exigir pluralidade de estratégias. As áreas rurais são realidades diferentes, correspondem muitas vezes a espaços muito circunscritos, há necessidade de superar esses localismos e há necessidade de pensar as escalas mais amplas, mais globais, tendo depois que utilizar um tipo de intervenções mais concretas e locais.

Tal entronca no que já foi dito pelo Camilo Mortágua, ou seja, na questão das políticas e na sua verdadeira e eficaz integração.

Menciono ainda a questão dos actores. Muitas vezes há algum divórcio entre os actores locais, que estão a trabalhar no mesmo território em sectores muitas vezes com alguma proximidade, mas



distantes porque o diálogo não existe. Na questão da participação e da mobilização local é fundamental que os actores consigam criar, ao fim e ao cabo, uma efectiva parceria para o desenvolvimento.

### **Dr. José Maria Azevedo**

Só duas notas.

Foi dito que os agentes de desenvolvimento estão afastados das escolas. Poder-se-ia também perguntar se os “agentes da escola” estão afastados do desenvolvimento. Esse desconhecimento ou essa distância entre escola e dinâmicas de desenvolvimento pode ser lido tanto a partir da escola como a partir dessas dinâmicas que, muitas vezes, também não têm tido em conta que a escola pode ser um instrumento de desenvolvimento.

A concepção de comunidade educativa pode ser vista segundo duas vertentes: a escola que funciona como a comunidade dos alunos, professores, funcionários, pais e outros actores directamente implicados; e a comunidade geral que envolve a escola, na medida em que é capaz de ser um ambiente educativo. Para que tal ocorra, há que identificar os recursos que existem na comunidade com potencialidade educativa e desenvolver as competências dos profissionais da educação para a identificação, a valorização e o aproveitamento desses recursos.

Em segundo lugar, não podemos, a meu ver, confundir o local ou o endógeno com o homogéneo. Por ser local, é que serão mais presentes e visíveis as diferenças, as relações de poder e mesmo de dominação. Se recordarmos o exemplo de Courel, a famosa escola de Barcelos, estaremos perante um caso extremo de conflito tornado público. Mas esse tipo de reacção e conflito existe com frequência, embora sob

formas mais simples e escondidas, nomeadamente quando se aplicam processos reformistas que não conseguem dialogar com interpretações diferentes e antagónicas de facetas básicas do quotidiano das crianças e dos jovens. A questão é de saber da capacidade dos professores de não se quedarem numa lógica conflituosa, mas de gerirem essa relação com a comunidade, sem recuarem para o refúgio da escola; e da capacidade de identificarem e valorizarem os recursos locais em que pode assentar um estratégia de diálogo e mobilização. O que digo, de modo necessariamente rápido, pode ser um pouco provocador e mesmo injusto, mas é uma questão que gostava de deixar para debate.

Como nota final, acho que seria bom que tentássemos concretizar um pouco alguns assuntos, como, por exemplo, o caso citado das pequeníssimas escolas primárias nos meios rurais. São para ir fechando ou não?

**Dr. José Cândido Rodrigues**

*Associação de Desenvolvimento Regional de Sines e Santiago do Cacém*

Tenho duas questões breves para colocar.

Sempre fui um cidadão periférico neste País. Nasci no meio rural, numa aldeia do concelho de Ponte de Lima sem luz eléctrica. Comigo nasceram, em 1941, 80 crianças. Dez anos depois só eu faço a 4ª classe.

Acho que este conceito do mundo rural está hoje em trânsito e não tenho pessoalmente uma visão pessimista do seu futuro. Direi que o desenvolvimento estará sempre na procura do bem-estar, que é relativo, pois cada um sabe e procura a sua qualidade de vida. Lisboa concentrou e concentra tudo. Quer tudo e tudo hierarquiza. Depois vai

distribuindo o que lhe sobra segundo critérios definidos e decididos na capital. Mas Lisboa gere mal e aplica mal. Desbaratou os fundos estruturais que a Europa mandou para cá e deixou ficar o mundo rural no estado de calamidade em que se encontra.

Não tenho, de facto, uma visão pessimista do mundo rural. Deixem que o mundo rural seja capaz de decidir o seu próprio futuro, ele será capaz de encontrar soluções!

Não tenho a psicose da exclusão cultural. A cultura e a informação chegam hoje instantaneamente a todo o lado. Nunca me senti um cidadão diminuído perante os senhores de Lisboa pelo facto de viver na periferia. Em certa medida, até, e porque trabalhei muitos e muitos anos em Viana, senti-me privilegiado com o contacto imediato com os vizinhos da Galiza, que me serviram sempre de um bom paradigma para verificar as grandes asneiras e os grandes erros que Lisboa entretanto fazia.

A solução para o meio rural - e devemos neste espaço encontrar soluções - está na descentralização. É necessário e urgente tirar o poder à capital. Se o fizéssemos, não haveria tantos problemas neste País.

Estarei de acordo com o que disse o Senhor Professor Manuel Patrício, quando diz que em termos de Câmaras Municipais será necessário promover uma grande descentralização. Penso que o Presidente da Câmara deve ter, além dos poderes administrativos, um poder simbólico. Gostava que fosse o Presidente da Câmara a presidir a esse acto relevante que é o casamento, com o esplendor necessário, como acontece em França, não que esse fosse um acto banal, perante o registo civil. Acho que há muito de simbólico que ele deveria saber assumir.

Sou membro da Assembleia Municipal da Câmara de Ponte de Lima. É uma câmara com 51 freguesias, pelo que, quando reúne a Assembleia, é quase um acontecimento como a Assembleia da República - de todo em todo inviável. Mas Barcelos tem 85 freguesias... é impossível o Presidente da Câmara visitá-las todas! Há coisas completamente absurdas do ponto de vista administrativo em Portugal, que têm também a ver com a possibilidade do desenvolvimento do mundo rural.

A segunda questão.

Sou professor, situação que identifico com conhecer o meio, agir e fazer agir sobre ele. Ser professor há-de ser trabalhar no sentido de aproximar futuros. O nosso sistema educativo diz que lhe cumpre contribuir para o desenvolvimento harmónico da personalidade e contribuir para o desenvolvimento económico do país. Penso que não faz nem uma nem outra coisa, pois está carregado de absurdos. Aliás, o sistema ignora e amputa a realidade social e bio-psicológica.

Dirijo-me neste ponto particularmente ao Senhor Professor Manuel Patrício, pois fiquei apavorado quando defendeu mais uma vez as escolas básicas integradas. Se há alguma perversão no sistema educativo, ela reside nas C+S, onde se encontram crianças numa fase pré-púbere, que não estão ainda marcadas pela carga de complexos da puberdade, e que a escola ignora completamente, num caso flagrante de ignorância nesse complexo de avestruz em que o sistema educativo está viciado.

Quando o Senhor Professor Manuel Patrício proclama e defende as escolas básicas integradas, procurando meter no mesmo espaço escolar, crianças de 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e depois 13, 14, 15, 16 e 17... Que perversidade está o Senhor Professor a defender?

Penso que o desenvolvimento da pessoa humana se faz de maneira continuada, mas tem todavia marcos importantes, com diferenciações qualitativas nítidas. Uma destas últimas aparece precisamente na fase da puberdade. Era necessário construirmos uma escola específica, capaz de acolher e amparar todo esse mundo novo que cai em cima das pessoas. Utilizamos freneticamente tudo o que de novo temos, sempre, seja o que for - o relógio, a caneta, o livro, o sexo novo que aparece na vida dos jovens nessa altura. Quando o senhor quer juntar crianças que estão longe desse problema com aqueles que vivem desenfreadamente o problema do sexo e a escola o ignora, o senhor vai acrescentar o que já hoje se verifica: provocações e violências de toda a ordem, que por vezes podem ser reparadas, mas subsiste sempre a dúvida que de facto o sejam e não deixem traumas irreparáveis para toda a vida.

Era só.

**Dr. José Gazimba Simão**

*Técnico da Direcção Regional de Educação do Alentejo*

A abordagem aqui feita de todas estas questões é necessariamente inter-disciplinar e complexa. São questões que têm a ver com o desenvolvimento rural, com a agricultura, com a educação e são interpenetrantes.

É certo que não faz sentido discutir hoje a educação em abstracto. Sobretudo quem se preocupa com as questões do interior, neste caso concreto com as questões do Alentejo, tem que discuti-las no concreto. Hoje em dia o sistema educativo debate-se aqui com graves problemas, que estão de alguma forma diagnosticados e que são minimamente consensuais:

- Das 700 escolas alentejanas do 1º ciclo, 350 são unitárias e isoladas, o que quer dizer que na mesma sala o mesmo professor dá os 4 níveis de ensino. Algumas são as mesmas de há 60 anos, quando foram criadas - as escolas Projecto dos Centenários -, muitas não tinham água e luz, o que nalguns casos ainda acontece. São escolas sem o mínimo de condições. Estas crianças, à partida, dificilmente serão cidadãos europeus, estão condenadas a ser cidadãos de segunda categoria.
- A mobilidade dos docentes. Todos os anos, fruto da lógica dos concursos nacionais de colocação de docentes, são colocados centenas e mesmo milhares de docentes no interior, que, passado pouco tempo, apresentam atestado médico. O que isso não tem custado ao sistema ao longo destes anos todos! Há muitas escolas C+S em que anualmente 60 a 70% do corpo docente muda. Portanto, quando se fala em continuidade educativa, educação básica vista globalmente, acompanhamento do aluno... como cruzamos isso com esta situação?
- A Lei de Bases de 86, no seu artigo 44º, quando passava a educação básica de 6 para 9 anos, apontava para a necessidade de todo o mundo das competências ser redefinido. Que competências para o poder local? Que competências para o poder central? Passados que são 8 anos, isso ainda não aconteceu. Estamos à espera de uma lei de competências que dê condições materiais para que a escolaridade possa ser de 9 anos.

Não me querendo alongar muito mais, mencionaria apenas mais umas pequenas questões.

No primeiro Quadro Comunitário de Apoio, tanto a educação pré-escolar como o 1º ciclo não podiam candidatar-se ao PRODEP I, o

que até poderia fazer sentido em certas regiões urbanas do país. Mas a nossa situação era completamente diferente - a necessidade de alterar profundamente o pré-escolar e o 1º ciclo, até porque a nossa população diminui. Não quero agir de má fé, mas será por acaso que as autarquias, com responsabilidades muito grandes em relação ao pré-escolar e 1º ciclo, não se podem candidatar ao PRODEP?

Este tipo gravíssimo de problemas tem que ser resolvido urgentemente. Não podemos esperar mais - independentemente destas questões interessantíssimas que aqui estão a ser colocadas: Que mundo rural? Que nichos económicos podemos ter neste mundo de competitividade? - na certeza de que, se não tivermos cidadãos completos, esclarecidos e bem formados, dificilmente entraremos nessa carruagem.

Só ao fim de uma geração, com um sistema educativo competente a funcionar, serão visíveis os primeiros resultados concretos. Estas são as questões reais, independentemente de ser igualmente importante todo o problema da PAC, da agricultura e do modelo de desenvolvimento.

Temos que saber, em termos muito concretos, obviamente sem sermos paternalistas, que nichos podemos ocupar, que estratégias devemos ter e como nos articulamos uns com os outros. Não podemos apoiar todos os projectos da mesma forma, quer seja o absentismo da terra, quer seja o ocupar nichos neste momento criados. O Quadro Comunitário de Apoio tem que ser selectivo e focar cada região numa óptica das suas necessidades imediatas, o que não aconteceu.

Alguma justiça temos que fazer a pessoas aqui presentes. Percebi o fundamental interesse da experiência do Camilo Mortágua. E conheço outras experiências ao nível do funcionamento de escolas que ele próprio tem ao seu lado, como Cuba ou Portel, onde há que saber recompensar e reconhecer o trabalho feito em termos de

desenvolvimento comunitário e de uma outra concepção completamente diferente em termos de sistema educativo.

Concluo, dizendo que penso que o colega que se ouviu aqui criticar as Escolas Básicas Integradas não sabe o que é uma Escola Básica Integrada, desculpará que lhe diga isso. Está um pouco desfasado e é natural que assim seja. Vamos ouvir as pessoas que aqui estão ligadas a essas experiências, que existem no Alentejo há 5 anos, em 18 escolas. Há que fazer uma avaliação olhos-nos-olhos junto de todas as entidades - pais, professores, autarquias.

Neste tipo de escolas, não é necessário que estejam todos no mesmo espaço físico, note-se. Existe, sim, uma continuidade educativa. Por excelência, em relação ao mundo rural, esta será a experiência de que necessitamos, com uma grande predominância da educação comunitária para o desenvolvimento, da educação de adultos.

**Dr. João António de Matos**

*Docente na Escola Básica José Régio de Portalegre*

De todas as brilhantes intervenções, perpassam-me pelo espírito duas questões: separar aquilo que é temporal daquilo que, a longo prazo, podemos considerar quase como que imutável. O mundo rural do meu pai é diferente do meu mundo rural e o meu é diferente do do meu filho. Quer isto dizer que há situações que estão em mudança e, hoje em dia, vemos que até mesmo os próprios modelos de desenvolvimento e crescimento passaram do aumento de riqueza para a defesa do ambiente e para o bem estar.

Ao falarmos de desenvolvimento rural, há duas situações a ter em linha de conta: a primeira, tal como foi mencionada pelo Senhor Presidente da Mesa, a nossa situação geográfica, a segunda, abordada



pelo Senhor Professor Patrício, a nossa cultura que, a meu ver, é bastante enriquecedora e baseia-se no grande princípio que é a nossa maneira de saber estar e de estar. Foi essa maneira de estar ao longo dos séculos que foi transmitida a todo o mundo.

Uma questão que não foi afluída: a família e as mudanças na família, De facto, hoje a família, no nosso país, mudou muito. A família rural, entre nós, está ligeiramente diferente da família urbana, mas há uma convergência a longo prazo.

Neste momento, o nosso desenvolvimento passa pelo que temos, que há que aproveitar com qualidade. É na qualidade que temos que basear a nossa intervenção e as nossas preocupações.

E pergunta-se: os agentes das escolas estão afastados do desenvolvimento? Eu diria que não. É a nossa preocupação. Começamos por preencher o espaço em que é preciso educar as atitudes dos alunos, porque a família, hoje em dia, deixou uma grande lacuna.

Por outro lado, temos que saber dialogar, agindo como dinamizadores do diálogo dentro da comunidade porque, infelizmente, nas nossas localidades, ainda se vive de costas viradas. Mesmo as autarquias locais ainda não se consciencializaram do papel dialogante que têm de manter com todas as forças dentro da sociedade. Quer os nossos comerciantes, quer os nossos agricultores, ainda não souberam dar as mãos e tomar consciência do poder desse diálogo e desse associativismo. São essas atitudes que nós queremos evocar junto dos nossos educandos.

No diálogo, temos que lhes dar a qualidade que, neste momento, é essencialmente apelar e fazer desenvolver o sentido da originalidade, da criatividade e da tolerância.

Há um elemento novo que começa a ter reflexo na minha zona - mesmo na nossa ruralidade, somos já portadores de uma inter-cultura. Neste momento já há outras culturas trazidas pelos portugueses que regressaram de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, da Europa, da América, ou por naturais destes Países, que vêm até nós. E eu sublinho: nós temos o saber de séculos do saber estar, potencial muitíssimo grande para o nosso desenvolvimento, que sempre foi capaz de recriar.

### **Prof. Doutor Ilídio do Amaral**

Deste segundo grupo de questões podem destacar-se alguns pontos fundamentais:

- O sistema educativo, tendo-se chegado à conclusão de que temos um sistema desadequado, a precisar de mudança.
- A definição das áreas de poder.
- A família e as alterações que ela sofre no tempo e tudo o que com isso se correlaciona.

Convido os membros da mesa a responderem como entenderem, mas dando ênfase às alíneas enunciadas.

### **Prof. Doutor Artur Cristóvão**

Rapidamente, farei alguns comentários às intervenções que, uma vez mais, foram extremamente interessantes e com as quais penso que todos aprendemos.

A intervenção de José Gazimba Simão foi extremamente acutilante uma vez que, dando o exemplo da educação, apresentou dados importantes sobre a forma como o mundo rural tem sido marginalizado, elemento essencial que urge inverter. Temos falado bastante de educação, ainda não abordámos foi a maneira de educar os políticos de forma a que sejam invertidas as tendências de contínua marginalização e exclusão do mundo rural.

É importante destacar que, no PDR referente a 95-99, o mundo rural é destacado como sector a privilegiar. Foi só a partir de 1993 que parece ter-se descoberto que o mundo rural tinha que ser privilegiado, ignorando-se que a crise do mundo rural em Portugal tem umas “barbas” já extremamente longas e, até, brancas.

Mas mesmo em relação ao PDR penso podermos levantar muitas mais outras questões. Aparecendo no seu texto o mundo rural como sector a ressaltar, que meios vão ser usados para o efeito? Tem havido todo um debate à volta desta questão e, segundo os especialistas que dissecaram o Plano, os meios que surgem parecem ser extremamente escassos. Assim, não será ele mais uma falsa partida, seguindo aquela imagem extremamente interessante que o Alberto de Melo aqui colocou? Não estaremos perante outra oportunidade perdida, mais uns quantos milhões para 5 anos que não vão favorecer realmente o mundo rural?

A propósito deste assunto, chocou-me ontem ver no jornal um político conhecido alvitar que era necessário um ministério para as cidades. E então um ministério para os campos? Não são todos, ou quase todos, os ministérios os ministérios das cidades?

Ainda sobre as falsas partidas. Porque não há mais avaliação séria e pública de tantos projectos do primeiro Quadro Comunitário de Apoio, por exemplo? Porque não é isso mais discutido? Porque se parte sucessivamente para novos programas e novos projectos, sem

que haja uma avaliação séria daquilo que se fez anteriormente? O que foi divulgado e discutido de uma avaliação séria desse dito Quadro de Apoio, relativamente ao mundo rural e à agricultura? O que é conhecido, e infelizmente pouco discutido, não é muito animador nomeadamente no caso da agricultura, que parece não ter ganho competitividade face à Europa.

### **Prof. Doutor Manuel Patrício**

Agradeço em primeiro lugar ao Dr. José Rodrigues, pela interpelação que fez, levantando um problema importante. Não é a primeira vez que me confronto com esta objecção em relação às escolas básicas integradas.

Quanto a mim, o despacho conjunto de Abril de 90 não configura exactamente o que deve ser uma escola básica integrada. Num certo sentido nós talvez possamos dizer que ainda não há escolas básicas integradas, até porque não dispomos por enquanto do respectivo regime jurídico. Num encontro em que participei naquela altura, o Dr. Bracinha Vieira, então Secretário de Estado, na sequência de uma série de interpelações que eu próprio tinha feito em torno da questão, anunciou que estaria para breve a publicação desse regime jurídico. Em muitos casos o que fazemos é colocar, por aglutinação, mais este escalão, mais este ciclo; mas as implicações em termos da composição e formação do corpo docente não foram ainda assumidas. Resumindo, estamos ainda numa fase embrionária, mau grado a riqueza das experiências que já temos e o óptimo trabalho que, em muitos casos, tem sido feito.

Mas, Sr. Dr., acho que a sua preocupação não tem fundamento e é possível responder-lhe com argumentos empíricos. Diria até, antes de mais, que não podemos ter esta visão da vida das crianças, exigindo

que organizemos o mundo um pouco como Portugal foi organizado em Coimbra, com o Portugal dos Pequenitos: a certa altura temos que fazer uma espécie de redução da realidade para nesta idade, naquela ou na outra pormos as crianças e os jovens em confronto com ela. O mundo não está feito assim. As crianças vivem o mundo integralmente, tal como ele está, e a Serra da Estrela não se torna mais baixa para ser compreendida por uma criança mais pequenina, o Oceano Atlântico também não se encurta para a criança perceber melhor como ele é - a vida é como é, a realidade é como é e é nela que temos que viver e é ela que temos que aceitar. Quanto à emergência do sexo, ela também acontece na família, na rua, na sociedade, em casa, com a televisão, a qualquer hora do dia.

Quanto ao argumento empírico, a prova de que é perfeitamente possível, correcto e positivo ter estabelecimentos de ensino integrados, até mais integrados do que aquilo que procurei desenhar, é dada pelos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo no País, que já funcionam integradamente há largos anos, com óptimos resultados quando funcionam bem. O Sr. Doutor Fernando Regateiro está muito ligado ao Colégio da Rainha Santa Isabel de Coimbra, que é uma escola integrada, tem crianças desde os 3 anos até terminarem o 12º ano de escolaridade. Naturalmente que há espaços, tempos e actividades que são de utilização e de gestão comum, há outros que são de utilização diferenciada e a escola é gerida tendo em consideração isso tudo. Nunca tive conhecimento de que houvesse qualquer problema de integração das crianças nesse universo escolar ou que o problema do sexo tivesse mais importância do que aquela que tem em qualquer outra situação na vida corrente.

Quanto a mim, o exame do funcionamento de um modelo de escola integrada está feito com os inúmeros estabelecimentos de ensino particular. Não há que ter receio, porque está mais que provado. É esta a minha resposta empírica.

Quanto à questão do PRODEP I e II, ainda há pouco tive oportunidade de falar com o Dr. Amável dos Santos, gestor nacional do PRODEP II, dizendo-lhe que no texto a que me referi e que, a certa altura, por falta de publicação das Actas do Congresso da Educação Infantil e do Ensino Básico, acabei por publicar noutra revista, faço uma análise do que estava a ser a estratégia do PRODEP I.

Não esqueçamos que esse texto foi escrito no princípio de 1990, quando ainda me parecia possível fazer algumas correcções à estratégia definida, porque a defesa de uma rede escolar, em que as escolas básicas integradas desempenham um papel importante, tem implicações muito grandes relativamente à rede escolar. Não bastará fazer muitos edifícios escolares aqui ou ali, com esta ou aquela dimensão; é necessário ter uma ideia da rede toda. Assim, na falta dessa ideia, era muito provável que fizéssemos estabelecimentos inadequados e os colocássemos em locais inadequados. Infelizmente, penso que isso aconteceu e foi pena que não tivéssemos aproveitado essa oportunidade para criar uma rede do meu ponto de vista mais adequada às necessidades do sistema educativo. Talvez seja ainda possível reajustarmos algo na perspectiva que se nos afigurar correcta.

Quanto à questão da articulação da escola e da família, gostava de deixar a todos mais uma ideia para, em conjunto, digerirmos e discutirmos - aqui e posteriormente lá fora. É oportuno pensarmos também a organização pedagógica em relação com a vida da família, assumindo o desafio concreto feito pelo Dr. Gazimba Simão, que aliás eu também assumi desde o princípio - precisamos de não ignorar quais são realmente os tempos e os espaços de intervenção efectiva da família na educação dos filhos. Não podemos continuar a ter uma escola que despeja os filhos não sabemos onde, enquanto os pais ainda estão a trabalhar, eventualmente para a rua, onde não têm nenhuma espécie de apoio educativo.

Precisamos, julgo eu, de organizar a escola de modo a que tenha a componente curricular tradicional bem organizada, com as suas aulas e actividades de compensação educativa, de substituição, etc., para que mesmo dentro dela não suceda que a criança seja “chutada” para fora dos espaços onde deve estar a ter apoio educativo efectivo.

Todavia devem existir outros espaços e tempos (leia-se espaço-tempo), para realização de actividades extra-curriculares, que a escola deve prever para trabalhar articuladamente com o funcionamento concreto da família. Aspira-se a que a criança realize durante esse tempo actividades educativas correctas.

Sobretudo nesse segundo espaço haverá provavelmente muitas possibilidades de elementos da comunidade, terceira idade, etc., darem a sua colaboração à escola e de conseguirmos, concertadamente, a resolução de um problema escolar, social e comunitário que pede melhor solução.

Alguns têm dado a esta realidade o nome de “Escola a tempo inteiro”. Eu preferiria relacioná-la com a questão da família, articulando a escola, na sua estruturação completa, com a vida real da família e utilizando, até, recursos que a própria família tem disponíveis.

Muito obrigado.

**Dr.<sup>a</sup> Maria Eugénia Fronteira e Silva**  
*Conselho Nacional de Educação*

Gostaria de fazer uma observação, especialmente dirigida ao Dr. José Maria Azevedo. Penso que quase todos os professores gostavam de estar envolvidos no desenvolvimento local. Acontece que em muitos casos os professores estão a dar aulas em sítios muito diferentes

daqueles onde residem. Há um conjunto de professores que vão dar aulas a quilómetros e quilómetros de distância e regressam à noite a casa, isto mesmo nos meios rurais. Tenho visto os anúncios que pedem professores para os concelhos de Povoação e do Nordeste em S. Miguel, Açores, que oferecerem apoios à fixação dos docentes em localidades consideradas afastadas e isoladas. Tal medida poderia ajudar a resolver o problema da existência e fixação dos professores em localidades do Continente nas mesmas condições.

Pedia ao Senhor Dr. que, caso conheça esses mecanismos de apoio, falasse um pouco sobre eles.

**Eng.º Luís Barradas**

*Escola Profissional de Agricultura de Serpa*

A minha intervenção centrar-se-á a dois níveis:

- O educacional, no que diz respeito às escolas profissionais;
- O da problemática agrícola, questão que julgo não ter ainda sido aqui suficientemente debatida.

No que respeita às escolas profissionais, gostaria de dizer que, ao fim destes 5 anos de experiência de escola profissional, verifico efectivamente que, quando se trata da questão do ensino e da educação, raramente se aborda o problema das escolas profissionais e do ensino tecnológico.

É óbvia a importância dos recursos humanos, nomeadamente ao nível dos quadros intermédios, de qualquer forma parece-me que, quando chegamos à altura de formar esses quadros intermédios, os problemas surgem.



A nível educacional, o sistema está hoje claramente virado para o ensino superior, quer ao nível do sistema, quer ao nível das famílias e, portanto, continuamos a não ser capazes de gerar esses tais quadros intermédios. Podem-se produzir, mas numa fase intermédia, pois vão imediatamente a seguir para o ensino superior.

Estamos, pois, a falar também das saídas profissionais e do esquema a organizar, nomeadamente no mundo rural, para facilitar a inserção dos jovens na vida activa.

Quanto à agricultura, continuamos a argumentar que a PAC foi uma razão óbvia para a desertificação do mundo rural ou, pelo menos, é essa a análise feita por alguns analistas. Eu, por outro lado, penso que a desertificação rural ligada à agricultura é um problema que tem a ver com a própria agricultura, e é já muito antigo. Se me permitem, citaria palavras proferidas por um eminente arqueólogo de Mértola, Cláudio Torres, numa sua análise sobre a história da agricultura da região, nomeadamente na bacia hidrográfica do Guadiana, reportada ao tempo dos Romanos. Dizia ele que, na altura, a actividade proeminente na região era a fruticultura, a horticultura e uma grande utilização da água e dos recursos hídricos existentes. Com o feudalismo houve um surto de grandes propriedades e da introdução da cultura cerealífera. Parece que tudo assim ficou nos nossos tempos.

Nos anos 40 começámos a assistir ao êxodo rural, nos anos 60 foi evidente essa tendência e, neste momento, parece-me que a situação continua igual.

Deixaria estas palavras para reflexão, pois um dos problemas da desertificação do Alentejo prender-se-á provavelmente com a questão daquilo que é, no fundo, o projecto para a agricultura da região.

Muito obrigado.

**Bernardo Sousa**

*Movimento Católico de Estudantes*

Senti-me interpelado a falar, uma vez que o Movimento Católico de Estudantes é formado por jovens e estivemos aqui a falar de gerações, de uma certa alteração no modo de pensar e de encarar as coisas.

O Movimento Católico de Estudantes é formado por estudantes dos ensinos básico, secundário e superior, que se reúnem separadamente, ou seja, os do básico com os do secundário, por um lado, e os do ensino superior, por outro.

Gostava de dar testemunho de algumas conclusões que saíram de um encontro do sector dos ensinos básico e secundário, ocorrido antes do Carnaval, em que foram os próprios estudantes, com idades entre os 12 e os 18 anos, que, olhando para a escola e para as suas experiências, disseram que sentiam de certa forma que os programas eram desadequados em relação à sua comunidade.

Disseram-no mais numa perspectiva de não sentirem que a escola estava integrada na sua comunidade, de sentirem que ela não se debruçava sobre essa comunidade e sobre aquilo de que os pais falavam. Mencionaram a educação unificada, onde todos eram iguais e vistos da mesma forma, onde não se tinham em conta estas diversidades sobre as quais temos vindo aqui a falar.

Pergunto, uma vez que estão aqui tantos professores, o que pensam dos programas vigentes, uma vez que estes, para além de serem bastante extensos, não dão muitas possibilidades aos professores de poderem sair deles e tentarem falar mais sobre a comunidade, integrando o programa e a área de saber nesse âmbito. Enquanto que até agora se referiu assiduamente a inserção da terceira idade, por

exemplo, na escola, eu refiro-me à dos próprios docentes, alunos e programas na comunidade.

### **Prof. Doutor Ilídio do Amaral**

Poria a tónica nestes pontos:

- A fixação de professores, à qual eu acrescentaria a diminuição do prestígio da função docente, que era um elemento cultural fundamental na comunidade portuguesa, fosse ela rural ou urbana.
- O ensino adequado à integração no mundo do trabalho. Recordo que no País havia um ensino médio em escolas de regentes agrícolas, em institutos comerciais e industriais, que preparavam excelentes técnicos. Tudo isso passou depois a ensino superior.
- O conteúdo do programa, discussão que qualifico de fundamental.

Desculpem se aproveito para contar uma história. Durante alguns anos percorri escolas angolanas de instrução primária e chocava-me verificar que aquelas crianças eram obrigadas a seguir os programas exactamente como se davam na metrópole. As crianças pretas aprendiam que havia neve na Serra da Estrela, mas não aprendiam nada sobre o regime pluviométrico nas suas terras.

Eu próprio, nascido e criado em Luanda, fui vítima disso, quando na minha 4ª classe tive que decorar todas as linhas férreas de Portugal, com os seus mais diversos ramais, ficando sem conhecer as poucas linhas férreas de Angola.

Continuei a acompanhar o ensino naquele país e poderia referir muitos outros exemplos.

### **Prof. Doutor Artur Cristóvão**

Um dos interlocutores disse que a questão da agricultura não teve ainda suficiente relevo nesta discussão. Penso que é importante sublinhar que o desenvolvimento da sociedade rural é impossível sem ela. A agricultura tem que ser efectivamente tomada como uma questão nacional, como uma questão a debater profundamente por toda a sociedade.

Existem alguns mitos e ideias a este propósito que não correspondem à realidade. Um desses mitos diz que se tem investido muito na agricultura. Contudo, de acordo com estudos feitos por técnicos credenciados, o Estado Português tem investido recentemente nesta área apenas 1/5 do que investia antes da adesão às Comunidades.

O sector tem sido desprezado em vários sentidos, nomeadamente no apoio que não tem sido dado às agriculturas, por exemplo em termos de investigação. Talvez ninguém saiba fazer o ponto da situação da investigação agrária em Portugal, da que está dependente do Ministério da Agricultura. Essa investigação é fundamental para apoiar as iniciativas de diversificação que ocorrem um pouco por todo o lado e que requerem estudos, experimentação e apoio.

O que é feito da extensão rural? Tivemos várias falsas partidas no que respeita ao apoio técnico aos agricultores. Tem-se falado do assunto nos últimos 5 anos, mas foi executado pouquíssimo.

O que é feito da definição de políticas agrícolas nacionais? Temos a PAC, mas existe margem de manobra suficiente para definir políticas

próprias para o nosso País. Penso que tem existido, como diz o meu colega José Portela no trabalho do Livro Branco, um excesso de servilismo face aos interesses europeus e face a Bruxelas.

A última questão que enuncio, pois cuido ser importante debatê-la, é a regionalização, tema controverso. Por todos os participantes foi já repetidamente confirmada a diversidade e complexidade do meio rural e a necessidade de políticas e instrumentos que lhe respondam. Pergunto quais são as instituições que a nível regional poderão polarizar o debate e a definição de políticas apropriadas. Onde estão? Julgo que, neste momento, não existem. Como podemos chegar a essas políticas? Como poderemos sair da órbita do poder central e centralizador de Lisboa?

Muito obrigado.

### **Dr. José Maria Azevedo**

A Senhora Professora Maria Eugénia Fronteira referiu a existência de medidas específicas de apoio à fixação de professores em áreas mais isoladas, nomeadamente em certas ilhas do arquipélago açoreano, e questionou a não generalização de medidas dessa natureza.

Antes de mais, temos o tema da regionalização: tal é possível nos Açores porque há autonomia de decisão do Governo regional. Assim, as medidas específicas de diferenciação apresentam lá algumas facetas que, creio, não são possíveis no Continente, ou serão de execução mais problemática.

Seria um bom motivo de reflexão procurarmos as razões porque, apesar das boas vontades anunciadas, se mantém esta incapacidade de diversificar as medidas políticas. Por vezes, parece-me que os

políticos em geral e os “político-sindicalistas”, em particular, têm alguma dificuldade em perceber que tratar a todos de forma igual não é tratar todos uniformemente. Algumas medidas de discriminação positiva serão necessárias para uma aproximação a situações de igualdade no acesso e nos resultados.

A esse propósito, referi no início que há alguns bloqueamentos administrativos que se revelam como contradições do nosso sistema educativo, de que o meio rural será uma das vítimas. É o próprio sistema que induz, propicia e motiva o início de algumas experiências que tentam quebrar com as rotinas e que são, em muitos casos, formas de adequação da escola ao meio, e, depois, é esse mesmo sistema que as mata ou, ao menos, não facilita o seu desenvolvimento, ao não criar, por exemplo, condições para a continuidade dos professores, sujeitos aos ritmos anuais de colocação.

Acho que este é um bom exemplo da necessidade de não menosprezar a dimensão administrativa destes processos. A definição política e o financiamento são importantes, mas não podemos esquecer as interferências dos mecanismos e das intermediações administrativas, que, muitas vezes, inibem o desenvolvimento de projectos e dinâmicas interessantes.

A minha preocupação não é com a riqueza das experiências que existem no campo educativo; é, antes, com a nossa capacidade de criar condições para o seu desenvolvimento e para a sua generalização.

### **Prof. Doutor Manuel Patrício**

Vou responder, tanto quanto possível, ao Engenheiro Luís Barradas, da Escola Profissional de Serpa.

Estive ligado pessoalmente ao relançamento do ensino técnico-profissional em 1983, quando era Ministro da Educação o Prof. Doutor José Augusto Seabra e fui, durante 4 anos, coordenador da Comissão Regional do Alentejo para o Ensino Técnico-Profissional. Percorri o Alentejo todo. Fui muitas vezes a Serpa, à Escola Secundária Agrícola, na tentativa de ajudar da melhor maneira possível o seu ensino técnico-profissional, com relevo para a própria componente agrícola. Essa era uma das raras Escolas Agrícolas que tínhamos no país, inserida num grupo de 4 ou 5.

Foi uma pena que não se tivesse aproveitado convenientemente a dinâmica lançada no Verão de 1983 e que até se tenha, no fundo, dado uma ideia completamente errada do que ocorreu.

O que se passou com o lançamento dos cursos profissionais e técnico-profissionais foi algo de positivo. Criou-se o ensino técnico-profissional colocando-o apenas depois do ensino básico, na altura a tendência europeia, da OCDE e da UNESCO, a mais avançada e correcta que havia. Pude verificar que os jovens não queriam os cursos profissionais, de um ano e mais o estágio subsequente. No fundo queriam era o ensino técnico-profissional. Já se notava que, entre uma via de primeira e uma via de segunda, os estudantes e famílias queriam a via melhor.

O que pude fazer aqui, nesta região, em termos de acompanhamento de estágios foi gratificante. Lembro-me perfeitamente de, em Estremoz, em conversa com o chefe operacional de uma empresa, ele me dizer que as folgas com que trabalhava o indivíduo sem escolaridade técnica que ali chegava para se empregar eram bastante grandes e que só ao fim de um ano ele estava em condições de trabalhar com folgas aceitáveis para a empresa. Quanto aos miúdos dos cursos profissionais, trabalhavam desde o início com folgas mais pequenas, aceitáveis segundo os padrões da empresa e, ao fim de três

meses, eram operários a trabalhar perfeitamente, com toda a qualidade necessária.

Realmente, a certa altura surgiu o problema das escolas profissionais. Julgo que a vontade política de lançar as escolas profissionais levou à divulgação de uma visão distorcida do que foram as experiências do ensino técnico-profissional de 1983 e que se decidiu politicamente tirar de facto o ensino técnico-profissional dos estabelecimentos regulares de ensino. Foi o que as escolas profissionais quiseram fazer, sem o conseguir; porque a população estudantil técnico-profissional nos estabelecimentos regulares de ensino continuou sempre a crescer, tendo hoje uma expressão quantitativa muito significativa.

Este movimento das escolas profissionais teve, em certos casos, resultados positivos, mas sempre me pareceu ser um movimento condenado ao fracasso a prazo, devido aos enormes custos por aluno e porque era nos estabelecimentos regulares de ensino que se deveria ter continuado a investir prioritariamente no ensino técnico-profissional; o que, de facto, não se fez.

Julgo que a situação presente já torna evidente para nós que assim acontece. Um aluno de uma escola profissional custa, no mínimo, três vezes mais do que custaria num estabelecimento regular de ensino. Talvez esta situação deixe de ser suportável quando a torneira dos fundos comunitários se fechar, e talvez já mesmo em 87 fosse difícil defendê-la, mas acredito ainda assim que algumas escolas possam vir a resistir.

Já em 89-90, quando participei num debate com o Prof. Pedro da Cunha e com o Reitor Alberto Amaral, no Porto, disse o que acabo de proferir, com toda a clareza. A análise tem-se vindo a confirmar. Continuará a ser nos estabelecimentos regulares de ensino que é preciso fazer a aposta principal no ensino técnico-profissional ao nível do ensino secundário, sem prejuízo de que haja alguns casos em que



soluções diferentes, configuradas como as das escolas profissionais, possam ter sucesso. Quanto mais cedo analisarmos correctamente este problema e fizermos os reajustamentos que se imponha fazer, melhor, quanto a mim; isto tanto para as escolas profissionais como para os estabelecimentos regulares de ensino.

O Sr. Engenheiro afirmou que se privilegiou o ensino superior, designadamente no campo da agricultura, em que as escolas de regentes agrícolas passaram todas para escolas de natureza politécnica ou, mesmo, universitária.

Convido todos os presentes a reflectirem no seguinte: temos que olhar para a sociedade portuguesa actual tal como ela é, o mesmo devendo fazer em relação à sociedade rural. Neste momento, a nossa sociedade está repleta de cisões e talvez esteja bastante dividida geracionalmente entre aquilo que é a sociedade que vem do séc.XIX em que as estatísticas disponíveis dizem que em 1880 cada 3 em 4 portugueses eram analfabetos literais e a actual que, com os seus problemas, é diferente. A actual taxa de acesso ao ensino superior (a taxa que corresponde à idade que os alunos têm em 31 de Dezembro do ano em que perfazem 18 anos) é de 40% e a taxa de frequência do ensino superior no escalão etário definido pela UNESCO, dos 20-24 anos, é de 36%.

Os efeitos sociais desta alteração qualitativa extraordinariamente importante são enormes! Se posteriormente viermos a canalizar estes quadros todos para as grandes cidades, particularmente para Lisboa, faremos um enormíssimo disparate! Esta é indubitavelmente uma reserva estratégica fundamental para o revigoração de todo o mundo rural português.

A questão que gostaria de colocar à vossa consideração é saber se, de facto, o problema fundamental que se nos põe hoje em relação à formação profissional e ao encaminhamento para a vida activa deve

ainda colocar aquela ao nível do secundário. Sei que o discurso habitual proclama que é ao nível do secundário que se tem que apostar fundamentalmente na formação profissional dos jovens. Contudo, o discurso que me parece já se nos impor presentemente é que esse esforço deve ser dividido entre o secundário e o superior.

Não creio que vá ocorrer uma diminuição da frequência do ensino superior, pois os países da União Europeia estão todos a definir objectivos que apontam para os 50% de frequência no escalão etário dos 20-24 anos. Os Estados Unidos, com o ensino superior especial que têm, apresentam uma frequência de 70% e o Japão de 80%. Não vejo que os países europeus, mesmo os mais periféricos, possam ignorar esta realidade, que é um tremendo desafio.

A questão que coloco prende-se, pois, com a necessidade de sermos clarividentes na constatação de que, neste momento, o esforço a fazer pela formação profissional dos nossos jovens ao nível do ensino tecnológico, mais orientado para a vida activa, tem que ser realizado tanto ao nível do secundário como ao nível do superior. Se a tendência que a nossa sociedade vai seguir é a dos E.U.A. e a do Japão, então diria mesmo que o esforço principal que, porventura, vamos ter que fazer se situa ao nível do ensino terciário.

Ao utilizar a expressão “ensino terciário” estou a adaptar-me ao que é a realidade do ensino dito superior nos E.U.A. e no Japão, onde existe um ensino terciário que não confere grau, mas que visa acolher jovens que vêm directamente do secundário, dando-lhes uma determinada formação profissional, eventualmente com saídas para o ensino superior a que estamos habituados e que, no caso de Portugal, é o universitário e o politécnico. É provavelmente um novo ensino superior, encarado e articulado de outra maneira com o ensino secundário, que tem que ser o ensino superior português e europeu do futuro.

Desejaria ter-vos levado a compreender a minha visão do problema. Concordo que se continue a investir na formação profissional ao nível do secundário. Julgo que o que é correcto fazer é investir basicamente nos estabelecimentos regulares de ensino. É esta a minha firme convicção, aberta a toda a discussão e debate. Estou também convencido de que o desenvolvimento do ensino superior na sociedade portuguesa, e em sociedades desenvolvidas ou em processo acelerado de desenvolvimento, como queremos que seja a nossa, é irreversível, e isto nada tem a ver com a dicotomia mundo citadino-mundo rural, porque a ideia de que o mundo rural se vai contentar com o ensino básico ou com o secundário não merece sequer discussão. O mundo rural tem todo o direito a ter tudo e a formar as pessoas que lhe pertencem como qualquer sítio da maior cidade do país.

